

## Francisco Beltrão recebe nova sede da Justiça do Trabalho



*Prefeito municipal de Francisco Beltrão, Vilmar Cordasso, e a presidente do TRT-PR, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, desenharam a fita inaugural da nova sede*

*Titular da VT de Francisco Beltrão, juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora, e a vice-presidente e ouvidora-geral do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, durante o descerramento da placa inaugural da nova sede*



Foi inaugurada, em 22 de outubro, a nova sede da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão, na presença da presidente e da vice-presidente e ouvidora-geral do TRT da 9ª Região, desembargadoras Wanda Santi Cardoso da Silva e Rosalie Michaele Bacila Batista, e outras autoridades. Foram recepcionadas pela titular daquela unidade, juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora. p.3

### Entrevista

#### José Fernandes da Câmara Canto Rufino

*Juiz aposentado do TRT 12ª Região - Terceiro presidente da Amatra-IX*

*"Quando iniciei na magistratura, a preocupação estava mais centrada na aplicação do direito individual ou coletivo. O grupo social para o qual a norma se dirigia tinha importância, mas de forma secundária. É claro, nos tempos atuais, pelo que observo, não se discute mais a razão do direito outorgado pelo Estado, que já amadureceu e se integrou ao patrimônio jurídico das pessoas, mas discute-se principalmente os efeitos de sua aplicação ao grupo social a que se dirige". p. 2*



#### Ministro Ono empossado

*Em sessão solene realizada em 4 de outubro, o TST empossou como ministro daquela Corte o ex-presidente do TRT-PR (biênio 2004-2005), magistrado Fernando Eizo Ono. p. 5*

### Eleição no TRT-PR

**Será realizada, em 5 de novembro no Plenário do TRT-PR, sessão do Tribunal Pleno que, mediante eleição, escolherá os desembargadores dirigentes do órgão (gestão 2007/2009).**

## Entrevista

**José Fernandes da Câmara Canto Rufino**

Juiz aposentado do TRT da 12ª Região - Terceiro presidente da Amatra-IX

**“Efetividade da prestação jurisdicional”**

**J**osé Fernandes da Câmara Canto Rufino atuou na magistratura trabalhista de 1964 a 1999, quando se aposentou voluntariamente. A carreira foi iniciada na 4ª Região (que à época jurisdicionava os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). Quando foi nomeado juiz presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (cargo equivalente ao de titular de Vara do Trabalho), escolheu a JCJ de Blumenau (SC), na qual ficou por 16 anos. Na cidade, ajudou a fundar e dirigiu a Faculdade de Ciências Jurídicas, tendo sido também o primeiro vice-reitor da Fundação Regional de Blumenau (hoje transformada em universidade – FURB). Quando da criação da 9ª Região da Justiça do Trabalho, com jurisdição nos estados do Paraná e de Santa Catarina, prosseguiu em Blumenau. Em agosto de 1981, foi promovido ao então recém-instalado TRT da 12ª Região – Corte que instalou e presidiu de 1981 a 1984. Foi o terceiro presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região – Amatra-IX, exercendo tal mandato no biênio 1987-1988.

**Quais as mais marcantes lembranças da época em que o senhor presidiu a Amatra-IX e que temas eram à época os mais relevantes?**

Os temas discutidos à época em que presidi a Amatra-IX não são muito diferentes dos de hoje. No âmbito da prestação jurisdicional, havia uma discussão sobre a eficiência do sistema recursal visto como contrapartida para a solução da causa. A aplicação subsidiária das leis processuais também estavam sempre em pauta, ante a inexistência de um código processual do trabalho. No campo do direito material, esperava-se que os legisladores fornecessem o aperfeiçoamento de certas regras, como a administração das horas extras, concessão de vantagens acessórias às cláusulas gerais do contrato de trabalho, etc. Na esfera institucional, nos preocupávamos com a dignidade dos vencimentos da magistratura, sempre propugnando por uma remuneração condizente com o cargo que exercíamos. Como atualmente, também sempre estávamos atentos às diferenças que não nos eram pagas e lutávamos pela não supressão de vantagens adquiridas ao longo dos anos. Havia temas como diferenças entre vencimento de substitutos e titulares, quando em exercício, e muitos outros. Por fim, no que diz respeito às questões associativas, estávamos sempre preocupados com a formação de novas associações e a tomada de deliberações coletivas de interesse da categoria. Propugnávamos boas relações com outros órgãos afetos à atividade judicante, como o Ministério Público, funcionários e outras instituições. **O senhor atuou como juiz do trabalho por 35 anos. Como vê hoje a Justiça do Trabalho?**

Em primeiro lugar, vejo a Justiça do Trabalho mais voltada para as questões sociais, preocupada com a efetividade da

prestação jurisdicional. Talvez sejam os tempos modernos, com as novas tecnologias que exijam dos magistrados um conhecimento do ambiente de aplicação das leis. Quando iniciei na magistratura, a preocupação estava mais centrada na aplicação do direito individual ou coletivo. O grupo social para o qual a norma se dirigia tinha importância, mas de forma secundária. É claro, nos tempos atuais, pelo que observo, não se discute mais a razão do direito outorgado pelo Estado, que já amadureceu e se integrou ao patrimônio jurídico das pessoas, mas discute-se principalmente os efeitos de sua aplicação ao grupo social que se dirige. No campo institucional, vejo que a Justiça do Trabalho se fortaleceu como órgão do Poder Judiciário, ganhando o espaço que nós, juízes do trabalho, sempre consideramos que deveria ocupar. Preocupo-me um pouco com a formação dos magistrados. Sei que hoje existem as Escolas de Magistratura que buscam complementar o conhecimento dos que vão atuar na prestação jurisdicional. Espero, todavia, que estejam dando atenção a alguns aspectos básicos dessa formação, como a questão do ingresso, de modo a bem preparar os iniciantes para o exercício de tão difícil e honrosa missão.

**O Direito do Trabalho passou por profundas alterações nas últimas décadas, culminando com a recente ampliação de sua competência, pela Emenda Constitucional 45. Que futuro é possível vislumbrar para esse ramo do Direito, individual e coletivamente?**

Considero a Emenda Constitucional 45 como um marco divisorio legislativo tremendamente importante, pois deu à Justiça do Trabalho o reconhecimento de sua capacidade técnica. Acabou com aquela história de que os juízes do trabalho só conheceriam de questões derivadas do emprego. Agora, os magistrados do trabalho podem exercer plenamente a sua formação profissional,

tratando de toda e qualquer questão de relação de trabalho, assunto para o qual são preparados academicamente. Creio que o Estado brasileiro terá muito a ganhar com essa mudança. Devemos, apenas, ficar atentos para eventuais retrocessos legislativos que possam vir a acontecer por desinformação do legislador ou da sociedade. Mas uma coisa é certa: os magistrados mais preparados para tratar com questões derivadas do trabalho são, sim, os juízes do trabalho. Vamos torcer para que façam um bom trabalho.

**Como o senhor avalia o atual estágio das relações coletivas de trabalho em nosso país, após a institucionalização das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT) como integrantes de tal estrutura - acima das confederações?**

Gostaria de deixar claro uma coisa. Sempre fui favorável ao poder normativo da Justiça do Trabalho. Lamentei a supressão dessa atividade (ou diminuição, se quiserem contestar-me). A meu ver tratava-se de uma solução absolutamente diferenciada do direito brasileiro que precisava ser mantida e apenas aperfeiçoada. Devo admitir que talvez os Tribunais não tenham sabido aproveitar esse espaço, permitindo que decisões distanciadas dos anseios das categorias fossem proferidas. Fazendo essa breve digressão, venho ao ponto da questão que me está sendo colocada: tenho também como salutar a institucionalização das centrais sindicais. Trata-se de uma evolução do próprio sindicalismo, impossível de ser ignorada, se quisermos avançar no Direito do Trabalho. Constituem um fenômeno social concreto que faz parte do contexto das relações coletivas de trabalho. Portanto, tenho que o Estado avançou nesse sentido. É claro, teremos que desenvolver mecanismos sociais e jurídicos que venham a trabalhar apropriadamente com esse fenômeno. ■

NONA

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. VICE-PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL ROSALIE MICHAEL BACILA BATISTA. CORREGEDOR-REGIONAL: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ EDUARDO GUNTHER. DIRETOR-GERAL: OSMAN CÉSAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO

LINS. ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, LUIZ MUNHOZ, JUSSARA ELISA, MARCOS BADDINI e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: IRENE PICKER, JOÃO ALFREDO (TST), JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARINYR CHILA, TABAJARA MARQUES (CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ), ARQUIVO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. APOIO: VERA GUTMANN. DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL: JOEL GOGOLA E MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Rua Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo), 10º Andar, Centro, CEP 80420-010, Curitiba-PR - Fone/Fax: (41) 3310-7171 / [ascom@trt9.gov.br](mailto:ascom@trt9.gov.br)

# Justiça do Trabalho de Francisco Beltrão recebe nova sede própria

Foi inaugurada, em 22 de outubro, a nova sede da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão, em solenidade que contou com as presenças da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva e da vice-presidente e ouvidora-geral do órgão, magistrada Rosalie Michaele Bacila Batista.

A titular daquela unidade da Justiça do Trabalho do Paraná, juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora, recepcionou as autoridades presentes, entre elas o prefeito Vilmar Cordasso; o presidente da Câmara Municipal, vereador Ivanir Paulo Prolo; o procurador do trabalho atuando no Ofício de Cascavel da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Enoque Ribeiro dos Santos; a promotora de Justiça atuando na Comarca de Francisco Beltrão, Camille Marques Dib Crippa; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - Amatra-IX, juiz José Mario Kohler e o presidente da Subseção da OAB de Francisco Beltrão, advogado Hermes Alencar Daldin Rathier.

Em seu pronunciamento, o presidente da Subseção da OAB de Francisco Beltrão, advogado Hermes Alencar Daldin Rathier, destacou o esforço da juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora para que o novo prédio se tornasse uma realidade. “Com este novo espaço, o trabalho será ainda mais ágil”, disse o advogado, agradecendo ao prefeito Vilmar Cordasso e a todos os que colaboraram para a realização da obra.

Os representantes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., respectivamente o superintendente regional Geraldo Luiz Machado de Oliveira e o gerente regional Márcio de Almeida Mello, parabenizaram em seus discursos a Justiça do Trabalho pela efetivação do novo espaço.

Por sua vez, o procurador do trabalho Enoque Ribeiro dos Santos destacou em seu

pronunciamento a importância da Justiça do Trabalho de Francisco Beltrão para o Paraná. “O desenvolvimento econômico e social aproxima o cidadão do poder público e, desta forma, assegura os seus direitos”, disse o procurador.

O presidente da Amatra-IX, juiz José Mario Kohler, parabenizou a direção do TRT do Paraná pela efetivação da ampliação da prestação jurisdicional “que tem instalado novas unidades e reformado grande parte das já existentes”.

O prefeito Vilmar Cordasso disse que a obra é recebida como um prêmio pelos serviços prestados pela Justiça do Trabalho no município. “A Justiça do Trabalho é extremamente eficiente e desejamos que a equipe da juíza Ilse sintam-se à vontade para desenvolver o seu trabalho na nova casa”, afirmou o prefeito.

A titular da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão, juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora, em seu pronunciamento, apresentou breve histórico da Justiça do Trabalho em Francisco Beltrão e agradeceu aos servidores pelo trabalho desenvolvido até agora. Segundo ela, o crescente número de processos culminou com a ampliação do espaço físico. “Agora, com o apoio do TRT da 9ª Região e com a colaboração de todos, esperamos dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado”, enfatizou.



Desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, presidente do TRT-PR (em primeiro plano), e autoridades presentes à solenidade de inauguração da nova sede da VT de Francisco Beltrão

“Como representante do TRT do Paraná, entrego aos cidadãos de Francisco Beltrão e do sudoeste as novas instalações da Justiça do Trabalho, que foi instalada em 1986 e merece este novo espaço”, disse a presidente do TRT-PR, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva em seu pronunciamento. A presidente do TRT destacou o trabalho da juíza Ilse Lora e agradeceu ao prefeito Vilmar Cordasso e ao Poder Legislativo municipal pela doação do terreno.

A placa alusiva à inauguração da nova sede foi descerrada pela vice-presidente e ouvidora-geral do TRT, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e pela titular da VT de Francisco Beltrão, juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora. O desenlace da fita inaugural foi procedido pela presidente do TRT, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva e pelo prefeito Vilmar Cordasso.

Ao final, o padre Lizandro Poletto, da Paróquia Nossa Senhora da Glória, ministrou bênção às novas instalações.

## Araucária terá 2ª Vara

A presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, instala, às 17 horas de 22 de novembro, a 2ª Vara do Trabalho de Araucária e o Serviço de Distribuição dos Feitos local. Na ocasião, será inaugurada a nova sede da Justiça do Trabalho na cidade.

A unidade de Araucária é a 20ª das 25 autorizadas pela Lei 10.770/2003 para o Paraná, que passa a contar com 81 unidades de primeiro grau.

Construída sobre terreno de 3.553,99 m<sup>2</sup>, na Vila Nova, (Av. Alfredo Charvet, 862), a nova sede conta com 1.507,64 m<sup>2</sup> de área construída. A unidade abrigará duas Varas do Trabalho, o Serviço de Distribuição, salas específicas para advogados e arquivo, além de dois postos de atendimento bancário. Cada unidade judiciária contará com duas salas de audiência, uma de conciliação, dois gabinetes (juízes titular e auxiliar), secretaria, copa, área de circulação e espera para o público, dentre outras unidades.

## Posto de Atendimento de Rio Negro ganha nova estrutura

Em 9 de novembro, às 11 horas, será inaugurada a nova estrutura do Posto de Atendimento de Rio Negro. Em 2005, devido à cessão de uso de imóvel firmada em entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro e o Tribunal do Trabalho do Paraná, a unidade foi instalada como Posto Avançado.

Em razão da experiência bem-sucedida, a Resolução Administrativa 131/2007 e a Portaria SGP 94/2007 alteram o nome da unidade para Posto de Atendimento.

Vinculado às Varas de São José dos Pinhais e administrado pela 1ª VT, o posto passa a ter lotação fixa de servidores, mantendo jurisdição sobre os municípios de Rio Negro, Quitandinha, Campo do Tenente e Piên. O posto funciona na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2.070 (Seminário), no prédio da Prefeitura de Rio Negro.

# VII Seminário da EAJ aborda a responsabilidade civil

A responsabilidade civil foi o tema do VII Seminário da Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Realizado em Foz de Iguaçu, no dia 19 de outubro, o evento coincidiu com encontro regional organizado pela Amatra-IX e reuniu 63 magistrados. Além desses, juízes e servidores acompanharam as atividades por 79 conexões efetuadas via Connect - ferramenta de ensino a distância que usa a intranet para levar às Varas do Trabalho e unidades do TRT o conteúdo das palestras em tempo real.

A primeira conferência coube ao professor José Affonso Dallegrave Neto, titular das Faculdades Integradas Curitiba. Doutor em Direito pela UFPR e autor da obra "Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho" (Ed. LTr, 2005), o conferencista iniciou sua exposição situando o tema como uma das faces do Direito do Trabalho contemporâneo, em que se valorizam não só os deveres principais do empregador (remuneração e respeito à legislação protetiva), como também suas obrigações laterais e anexas, dentre as quais se insere a da lealdade. Trouxe à lembrança que a responsabilidade do potencial empregador tem seu início já na fase pré-admissional, como nas entrevistas de seleção de pessoal e se estende à pós-contratual, no caso de doenças profissionais manifestadas depois do término da relação de trabalho. Dissertou sobre competência material e prescrição, nos casos de danos causados por sujeitos sem vinculação jurídica e dos resultantes diretamente de contrato de trabalho. Expôs detidamente os elementos da responsabilidade civil, como a existência do dano e o nexo causal, para em seguida discorrer sobre a responsabilidade subjetiva (com culpa do agente) e objetiva (assunção de atividades de risco). Após mencionar o dano material, deteve-se no extrapatrimonial (moral) em três vertentes: a residual (todos os danos sem repercussão material), a *pretium doloris* (dor moral) e as lesivas à personalidade. Citou exemplos e, em seguida, passou à questão da "tarifação" do dano moral, mencionando

projeto-de-lei que modifica o Código Civil para hierarquizar os danos como leves, médios e graves. Por fim, falou sobre os aspectos fiscais (incidência de imposto de renda) e de honorários advocatícios, encerrando sua exposição com foco no acidente de trabalho.

À tarde, foi proferida conferência pelo professor e consultor jurídico Clayton Reis. Doutor em Relações Sociais pela UFPR, o desembargador aposentado abriu sua conferência situando o dano moral no Direito brasileiro e sua inserção legislativa. Em seguida, historiou como a jurisprudência sobre o tema foi aos poucos se sedimentando nos tribunais superiores, notadamente no STJ. Na seara do Direito do Trabalho, abordou por primeiro o aspecto competencial. Após fixar-se no preceito constitucional contido no art. 114, inciso VI (redação da EC 45/2004), da Carta Política de 1988, discorreu sobre a orientação do TST, consubstanciada no Enunciado 392. A propósito da função eminentemente reparativa e punitiva do instituto da indenização oriunda da responsabilidade civil, ingressou na questão do dano moral na relação de emprego, como elemento protetivo da privacidade do trabalhador. Lembrou que o debate em torno da questão está mais adiantado nos países em que o Direito é derivado da tradição anglo-saxã - o *common law*, muito embora avance rapidamente também naqueles enraizados no Direito Romano (caso do Brasil). Nesse ponto, fez referência às modalidades do dano, em especial o chamado *bullying* - termo da língua inglesa ainda não traduzido com precisão para o português - que se refere a atos de provocação ou violência



Na abertura da primeira conferência, o professor José Affonso Dallegrave Neto; o presidente da Amatra-IX, juiz José Mario Kohler; o diretor da EAJ, desembargador Ney José de Freitas; e a vice-presidente e ouvidora-geral do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista



Abertura da conferência da tarde: professor Clayton Reis; presidente da Amatra-IX, juiz José Mario Kohler; diretor da EAJ, desembargador Ney José de Freitas e presidente do TRT-PR, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva

(física ou psicológica), intencionais e repetidos, praticados por pessoa ou grupo de pessoas para diminuir ou ofender a outrem. Mencionou também o *mobbing*, no qual a violência moral ou psíquica dá-se especificamente no ambiente laboral e tende a degradar as condições de trabalho, comprometendo saúde e dignidade do trabalhador. Por fim, ponderou a dificuldade da estipulação do *quantum* indenizatório. Remontando a Emanuel Kant, que já buscava racionalizar implicações e limites do preço das coisas imateriais, apresentou esboço de fórmula para fixação do valor indenizatório, que leva em conta a situação econômica da vítima e do ofensor, a magnitude do dano e o quociente de entendimento do réu.

O próximo seminário da EAJ-PR está agendado para 23 de novembro e deverá ter por tema a Psicologia aplicada ao Direito.

## Repercussão

O elevado número de participantes, a importância do tema e a qualidade das conferências foram os aspectos marcantes do VII Seminário da EAJ e do encontro regional da Amatra.

A vice-presidente e ouvidora do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, já na abertura destacou a relevância da responsabilidade civil, que tem ocupado lugar central nos estudos civilistas e, mais recentemente, também no Direito do Trabalho. A magistrada, que é a mais antiga associada da Amatra em atividade no Paraná, considerou feliz e oportuna a iniciativa das entidades, "que intercalaram suas programações de modo harmonioso e complementar".

Ela saudou também a presença da presidente do TRT, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva: "Apesar dos contratemplos comuns ao final de um mandato presidencial, que no seu caso se aliam ao exercício cumulativo da coordenação do Colégio Nacional de Presidentes e Corregedores dos TRTs, ela deslocou-se a Foz, onde emprestou seu prestígio e ofereceu seu convívio a todos os amateiros, compartilhando também de uma das palestras".

A magistrada também se disse "testemunha da já histórica excelência organizacional da Amatra, que em mais este ano se confirma".

## Ex-presidente Fernando Ono empossado no TST

**E**m sessão solene realizada em 4 de outubro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) empossou como ministro daquela Corte o ex-presidente do TRT-PR (biênio 2004-2005), magistrado Fernando Eizo Ono, em uma das três vagas criadas pela Emenda Constitucional 45, que aumentou a composição do TST de 17 para 27 ministros. Na mesma oportunidade, foram empossados os ministros Pedro Paulo Teixeira Manus (SP) e Guilherme Augusto Caputo Bastos (MS).



Presidente do TST, ministro Rider Nogueira de Brito, condecorando o ministro Fernando Eizo Ono

A sessão, conduzida pelo presidente do TST, ministro Rider Nogueira de Brito, contou com a presença do vice-presidente da República José Alencar, dos ministros Nelson Jobim (Defesa), Luiz Marinho (Previdência) e Reinhold Stephanes (Agricultura), do advogado-geral da União José Antonio Dias Toffoli, do presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Brito, do vice-procurador-geral do trabalho, Jefferson Luiz Pereira Coelho e do ministro do STJ Aldir Passarinho, entre outras autoridades.

### HOMENAGENS

Em 19 de outubro, o ministro Fernando Ono recebeu homenagem pela posse no TST da comunidade nipo-brasileira do Paraná, em jantar promovido pela Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba. Em 30 de novembro, o ministro Fernando Ono será também homenageado pela comunidade de Maringá, onde exerceu a magistratura trabalhista, com jantar na Associação dos Funcionários da Cocamar.

## Classificados na primeira etapa do concurso para juiz substituto

Dos candidatos que participaram da primeira etapa do XXI Concurso para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região (Paraná), 354 obtiveram classificação. As provas (conhecimentos gerais) aconteceram em 22 e 23 de setembro. A segunda etapa do concurso, com prova de conhecimentos específicos, foi em 27 de outubro. A terceira (prova de sentença) está programada para 15 de dezembro e a quarta (exame oral) para 15 de fevereiro de 2008. A quinta e última prova (exame de títulos) acontecerá conforme edital. Outras informações nos sites [www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br) e [www.pucpr.br/concursosotr9](http://www.pucpr.br/concursosotr9).

## Concurso para servidor

Terminou em 9 de outubro o prazo das inscrições ao concurso para servidor da Justiça do Trabalho do Paraná. O total de inscritos é de 46.720. De acordo com a UnB, esse número pode sofrer alteração em razão de possíveis atrasos de comunicação.

Dos candidatos, a maioria inscreveu-se para cargo de Técnico Judiciário-área administrativa, 32.411. O segundo cargo mais concorrido foi de Analista Judiciário-área judiciária, com 5.499 candidatos. Os demais números são: 3.949 (analista judiciário - área administrativa), 3.314 (analista judiciário-área judiciária, especialidade execução de mandados), 830 (técnico judiciário - área serviços gerais, telecomunicações e eletricidade), 371 (analista judiciário-área de apoio, especialidade engenharia civil) e 346 (analista judiciário-área apoio, especialidade engenharia elétrica).

Os cargos ofertados são 19 de Técnico Judiciário (nível médio) e 11 de Analista Judiciário (nível superior). O site do TRT ([www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br)) possui link para acesso ao edital do concurso. A prova - prevista para 11 de novembro - será realizada em Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá.

## Posse do juiz substituto Daniel Corrêa Polak

Juiz Daniel Polak durante a leitura de seu juramento de posse no TRT-PR, observado pela presidente da Corte, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva



**N**o dia 23 de outubro, Daniel Corrêa Polak tomou posse no cargo de Juiz Substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho. O ato ocorreu no gabinete da Presidência do TRT-PR. Estiveram presentes magistrados, advogados e servidores, além de familiares e amigos do empossado.

Na oportunidade, o desembargador do TRT-PR Márcio Dionísio Gapski parabenizou o magistrado, elogiando sua atuação como servidor do Tribunal. O presidente da Amatra-IX, juiz José Mario Kohler, saudou o empossado. A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, deu as boas-vindas ao juiz Daniel Polak.

Nascido em Paranaguá, o empossado foi servidor da Justiça do Trabalho do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, desde 2005 era juiz substituto da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul).

A posse no Regional paranaense deveu-se à permuta com o magistrado Jefferson Luiz Gaya de Goes.

## Desembargador Edmilson de Lima e juíza Neide Alves são homenageados em Maringá

Juíza Neide Alves dos Santos, vereador Umberto Becker, desembargador Edmilson Antonio de Lima e o vice-presidente da Câmara de Maringá, vereador Mário Hossokawa, após a concessão da homenagem



O desembargador do TRT Edmilson Antonio de Lima e a juíza Neide Alves dos Santos, titular da 4ª Vara do Trabalho de Maringá receberam, em 25 de outubro, o título de Cidadão Benemérito daquele município. A concessão das honrarias foi proposta pelo vereador local Umberto Becker, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Silvio Magalhães Barros II. A iniciativa da homenagem a ambos, nas palavras do edil, "é um reconhecimento à dedicação dos magistrados nas lides diárias da Justiça do Trabalho".

Duas vezes aprovado em concurso público para juiz substituto (nos TRTs amazonense e paranaense), Edmilson de Lima foi titular das Varas de Jacarezinho (sua cidade natal) e 3ª de Maringá, onde acumulou a direção do fórum local. Promovido, é desembargador do Regional paranaense desde setembro do ano passado.

A juíza Neide Alves dos Santos ingressou na magistratura no concurso de 1990 e foi promovida a titular três anos depois. Já exerceu a jurisdição em VTs da capital e de diversas cidades do Norte, Noroeste e Oeste paranaense. Atualmente, está convocada para atuar na 3ª Turma do Tribunal.

## Vice-Presidência

Gabinete da Vice-Presidência do TRT-PR

# Comissão de Conciliação Prévia - Comissão Paritária

**T**ratam-se, a “Comissão de Conciliação Prévia” e a “Comissão Paritária”, de institutos diferentes, com legislações próprias.

A semelhança entre as nomenclaturas gera, rotineiramente, equívocos de interpretação e no tocante à correta aplicação dos seus respectivos regramentos. Assim como se vê ocorrer, com certa habitualidade, o mesmo tipo de engano nas razões de recurso de revista, sobretudo, nas hipóteses de divergência jurisprudencial.

O primeiro título refere-se ao instituto disciplinado no art. 625 da CLT. Já, o segundo, é voltado à categoria dos portuários e se encontra regulamentado através da Lei 8.630/93.

É oportuna e bastante esclarecedora a transcrição de trecho de acórdão da Primeira Turma do 9º Regional:

“A simples intelecção do art. 23 da Lei 8.630/93 revela ter a comissão paritária portuária finalidade específica, voltada à solução de litígios decorrentes da aplicação das obrigações legais impostas aos operadores portuários e ao próprio órgão

gestor de mão-de-obra (...) o objeto da controvérsia sujeita à comissão paritária, restringe-se à aplicação de algumas normas da Lei 8.630/93 (...) De outra parte, as comissões de conciliação prévia visam a conciliar quaisquer litígios oriundos da relação laboral, desde que atendidos os pressupostos da via conciliatória, quanto à existência de direitos controvertidos e de prévio conflito individual trabalhista (...) Ademais, não há previsão legal quanto à obrigatoriedade de sujeição da demanda ajuizada pelos trabalhadores avulsos à comissão paritária instituída no âmbito do OGMO. Mesmo se fosse considerada equivalente a uma ‘comissão de conciliação prévia’, a ausência de sujeição da presente demanda à comissão paritária não constituiria óbice à análise de mérito. Com efeito, a falta de submissão da demanda, inicialmente, a uma Comissão de Conciliação Prévia não impediria o conhecimento por parte desta Justiça Especializada, em face dos princípios da simplicidade e da celeridade processual, tendo em vista que, para a tentativa de conciliação, faz-se necessária a

observância de um determinado prazo”.

O recurso de revista foi recebido, pois a parte recorrente, no caso, logrou demonstrar a existência de divergência jurisprudencial apta, com a ementa proveniente do TRT da 2ª Região, no seguinte sentido:

“Portuário. Avulsos e Empregados. Lei 8.630/93 - (...) a solução de litígios no contexto do trabalho portuário está afeta originariamente à comissão paritária constituída no âmbito do OGMO, prevendo-se em caso de impasse, que as partes recorram à arbitragem de ofertas finais, possuindo, o laudo arbitral proferido para a solução da pendência, força normativa, independentemente de homologação judicial”.

Com relação à Comissão de Conciliação Prévia, a reiterada jurisprudência tem se manifestado no sentido de que a não apreciação da demanda pelos seus integrantes, representantes dos empregados e dos empregadores com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho (art. 625-A, CLT), implica em extinção do processo sem resolução de mérito, segundo os precedentes: RR-1724/2003-008-17-00.0, 3ª Turma, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJ 27/10/2006; RR-2667/2002-034-02-00, 1ª Turma, Rel. Min. João Oreste Dalazen, DJ 17/02/2006; E-ED-RR-1070/2002-004-02-00, asbdi-1, Rel. Min. Alberto Reis de Paula, DJ 07/12/2006.

## TRT-PR participa do I Seminário Gespública

**E**m 19 de setembro, foi realizado, no auditório da Copel em Curitiba, o I Seminário Gespública no Paraná. Organizado pelo Comitê Gestor Estadual. O evento teve a finalidade de divulgar as ações que têm sido implementadas no estado e no Brasil pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública, do Ministério do Planejamento.

Participam do Comitê Gestor a Copel, o CREA, a Dataprev, os Correios, a Petrobras/Repar PC, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, a UTFPR e o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Entre outras autoridades, integraram a mesa de abertura os diretores presidentes da Copel e do CREA, o gerente regional da Dataprev e, representando o TRT-PR, o desembargador federal do trabalho Benedito Xavier da Silva.

Após a apresentação do Gespública pela gerente da Rede Nacional da Gestão Pública, Haley Maria de Sousa Almeida, a secretária municipal de Administração da Prefeitura de

Nossa Senhora do Livramento, no Mato Grosso, e o tenente coronel José Cardoso Oliveira Filho, do Colégio Militar de Fortaleza, relataram suas experiências com a implantação do Programa em suas respectivas instituições.

Igualmente, as organizações do Paraná (Prefeitura de Umuarama, DRT, Dataprev e TRT), que já implantaram o Gespública, narraram suas experiências. O TRT-PR expôs, por intermédio do servidor Valdir Stremel, o resultado da implantação da auto-avaliação da gestão, com destaque para a possibilidade de tornar a administração mais científica.

Com a divulgação das ações, principalmente na imprensa, pretende-se ressaltar que o Gespública é uma política formulada a partir da premissa de que a gestão de órgãos e entidades públicas pode e deve ser excelen-



Servidores do TRT-PR participaram do I Seminário Gespública, na Copel, em Curitiba

te, pode e deve ser comparada com padrões internacionais de qualidade em gestão, mas não pode nem deve deixar de ser pública.

Ainda, evidenciando que a qualidade da gestão pública tem que ser orientada para o cidadão e desenvolver-se dentro do espaço constitucional demarcado pelos princípios da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

## Projeto Crescer Feliz: valorização da Criança e do Adolescente

A Amatra-IX, coordenadora do Núcleo Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná (Núcleo TJC-PR), realizou, em 30 de outubro, solenidade de premiação a escolas, alunos e supervisores participantes do Projeto “Crescer Feliz – DIGA NÃO ao trabalho Infantil”, no Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na região central de Curitiba (PR). Na ocasião, foram expostas cerca de 1.000 fotos dos miniotdoors produzidos por alunos de 5ª a 8ª série e ensino médio de escolas públicas e particulares do Paraná, sob o lema “Trabalho não é brincadeira”. O projeto, que teve início em março deste ano, mobilizou mais de 1.200 estudantes de 199 escolas de todo o estado. De acordo com o desembargador Marcio Gapski, a campanha apresentou resultados surpreendentemente bons.

## Crédito consignado online

Desde 19 de outubro magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região dispõem de uma nova forma de contratar financiamentos com desconto em folha. O mecanismo está disponível na intranet do Tribunal, através do link rápido *Crédito Consignado*.

No primeiro momento funcionou como financeira piloto o Banco Alfa, mas outras instituições estarão disponíveis. A forma de se contratar é muito simples, basta entrar na intranet, clicar no link rápido *Crédito Consignado* escolher uma financeira e autorizá-la a lançar o financiamento na folha de pagamento clicando em *autorizar*. Daí em diante fica por conta da instituição conveniada.

Para refinanciamentos e compra de ativos procede-se da mesma forma. A página disponibiliza aos usuários um e-mail e o telefone de contato, bem como um atalho para a página de simulação da instituição, caso ela disponibilize. Também é possível

solicitar contato e liquidação dela com um único clique. Neste caso, será enviada uma mensagem eletrônica com seus dados, e-mail, telefone e endereço. É importante que aqueles que se utilizarem dessa facilidade mantenham seus cadastros sempre atualizados. Pensionistas poderão solicitar uma senha de acesso à Secretaria de Informática.

A aplicação disponibilizada às financeiras foi desenvolvida em três meses pelas Secretarias de Informática e de Recursos Humanos com uma nova ferramenta recomendada pelo CSJT, a mesma que será utilizada para os novos sistemas nacionais como o SUAP.

Outra novidade é a utilização de Certificados Digitais. Também conhecidas como Identidade Digital e por *e-CPF*, permitem identificação segura de quem está utilizando o sistema, no caso, o gerente da financeira e quem ele autorizar. São as mesmas tecnologias que permitem a

protocolização no *e-DOC*, na CPE e a assinatura de despachos no *e-REC*, entre outros sistemas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Participaram também do desenvolvimento representantes da Financeira Alfa. De alguns anos para cá, o mercado de crédito consignado em folha tem se tornado cada vez mais agressivo, com taxas de financiamento cada vez mais baixas e constantes compras de ativos de uma financeira por outra. Isso causava um custo ao Tribunal, que necessitava de garantias para que não fosse liberado nenhum financiamento que ultrapassasse o limite legal de 30% dos vencimentos do servidor ou pensionista. Uma vez que todas as instituições conveniadas passarem a utilizar o sistema, nada disso será mais necessário, pois a própria financeira se responsabilizará por implantar os valores, o que lhe dá maior agilidade; e o setor de benefícios poderá melhor alocar seus servidores para atividades que lhe é própria, além de garantir o cumprimento da lei.

## Pesquisa mostra receptividade ao Nona por magistrados e servidores

O leitor médio do *Nona* o lê mensalmente, está satisfeito com sua periodicidade, tem seu linguajar como apropriado, considera seu *layout* bom, gostaria de mais dicas de informática, tem um interesse amplo na gama de assuntos abordados e ocasionalmente usa a jurisprudência nele noticiada como subsídio.

Este é o resultado de pesquisa disponibilizada na intranet do Tribunal sobre o informativo, que obteve resposta de 242 leitores do periódico.

58% dos pesquisados afirmaram ler o *Nona* todos os meses, 35% “de vez em quando” e 2% a cada dois meses. Os que disseram não lê-lo nunca são apenas 3%.

A periodicidade mensal das edições (atualmente adotada) é considerada ideal por 64% dos entrevistados. Uma parcela de 21% gostaria de vê-lo quinzenal, enquanto 13% indicaram a bimestralidade como a mais conveniente.

87% manifestaram-se satisfeitos com o linguajar adotado no *Nona*, considerando-o de fácil entendimento, ante 4% que o têm por “um pouco” acessível e 7% que têm restrições ao vocabulário utilizado.

A diagramação do informativo foi tida como boa por 52% dos que responderam à enquete. Um contingente de 28,5% o considera ótimo e 10% excelente. 7% vêem como regular o *layout* da publicação e menos de 1% indicou como ruim a disposição de textos e imagens.

Dentre os assuntos e colunas que despertam maior interesse, a maior parcela dos entrevistados (52%) indicou “notícias em geral”. A preferência recai sobre a Coluna da Secretaria de Recursos Humanos para 42,9% dos leitores. Entrevistas (33,4%),

Informática (32,6%), e a Coluna da Vice-Presidência (10,7%) vêm a seguir, com um saldo residual de 3% que apontaram outras opções. A totalização, neste item do questionário, supera os 100%, dada a possibilidade aberta de respostas em multiplicidade.

As colunas fixas da publicação (Vice-Presidência, Saúde e Informática) constituem leitura ocasional para 41,3% dos pesquisados. 29,7% fazem delas uma fonte de pesquisa e 5% as lêem por mero entretenimento. O espaço dedicado a tais colunas foi considerado bom por 41%, ótimo por 6% do público pesquisado, apenas suficiente por 25,2%, insuficiente por 2% e excessivo pelo mesmo percentual (2%), dentre os leitores que responderam à enquete.

Uma pergunta foi dirigida especificamente aos desembargadores, assessores e assistentes de seus respectivos gabinetes: o interesse pelos temas abordados na Coluna da Vice-Presidência do Tribunal. Dentre os 66 magistrados e servidores que responderam, 27,2% afirmaram que as temáticas ali tratadas são sempre acompanhadas, 36,3% disseram que tal interesse é eventual e 27,2% declararam não ter feito ainda uso das informações jurisprudenciais correspondentes.

Os resultados da pesquisa, bem como sua depuração regional – sul / leste (capital, região metropolitana, litoral e outros municípios), norte, noroeste e oeste/sudoeste – servirão para orientar estudos e reflexões sobre a linha editorial, com vistas a eventuais modificações em seu conteúdo e formatação. A equipe do *Nona* agradece a participação de todos quantos contribuíram, respondendo ao questionário, para o aperfeiçoamento da publicação.

## Conciliações na 2ª VT de Umuarama

Na 2ª Vara do Trabalho de Umuarama tem acontecido elevação no percentual de conciliações, atingindo a média mensal de 51,93%, de março a setembro deste ano, em muito superior à média histórica da Justiça Brasileira, que é de 30%. A porcentagem de acordo foi de 47,54% em março. De abril a julho, os valores foram, respectivamente, de 38,20%, 60,63%, 50,42% e 51,26%. No mês de agosto a porcentagem chegou ao maior índice do ano naquela unidade: 67,59%. Em setembro os acordos atingiram a 47,86% do total de processos em pauta.

De acordo com a direção da unidade, esses índices são o resultado de algumas medidas tomadas em março deste ano, visando ao melhor atendimento ao jurisdicionado: um ambiente mais descontraído que proporciona o diálogo entre as partes e conseqüentemente a solução dos conflitos.

A 2ª Vara participará do movimento nacional “Conciliar é legal”, designando, nos dias 3, 4 e 5 de dezembro, 129 audiências pela via negociada. Os autos serão incluídos em pauta tanto pelo Juízo, de ofício, quanto em atendimento a requerimento das partes, sendo possível a inclusão de autos em qualquer fase processual.

## Semana da Conciliação

A Justiça do Trabalho do Paraná realiza, de 3 a 5 de dezembro de 2007, “Semana da Conciliação”, com vistas a acordos entre as partes.

É necessário protocolar petições solicitando agendamento de audiências até 20 de novembro, tendo em vista os procedimentos administrativos. O protocolo deve ser feito na Secretaria competente de cada Vara do Trabalho ou no Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau.

## Prata da Casa

### Aberta a mostra “De Fios e Contas De Panos e Cores”

No dia 19 de outubro, foi aberta, no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau de Curitiba, a mostra de artesanato intitulada “De Fios e Contas De Panos e Cores”, da servidora Rita Isabel Vaz. Mineira da cidade de Três Pontas, ela é enfática quando atribui a sua arte à influência familiar: “O trabalho manual permeou toda a minha história de vida. Aprendi a fazer crochê aos cinco anos de idade com minha mãe, como uma brincadeira de criança. Sou de uma família grande, 11 irmãos, e todos fazem algum trabalho manual, por profissão ou por lazer”, conta.

No caso de Rita é o lazer que inspira suas criações em colares multicores e construções afetivas com bonecas de pano. “Eu sempre fiz trabalhos em crochê, bordado, costura. Fazia e faço estes trabalhos pelo prazer de fazê-los. No período em que cursei a faculdade, fazia vestidos de crochê para uma *boutique* em São Paulo. Nessa época, também era minha fonte de renda. Depois, continuei fazendo crochê, bonecas e bordados para enfeitar os quartos dos meus filhos, enquanto os esperava nascer. Ainda, para enfeitar minha casa e presentear amigos.

Assim, essas peças foram se espalhando mundo afora”, relata.

Rita identifica a raiz mineira e a brasilidade expressa no seu artesanato. “Busco inspiração, especialmente, na arte africana e indígena”, diz. Ainda, revela que a vibração colorida dos anos 70 também recai sobre as suas criações.

Ela se auto define através de sua arte: “O meu trabalho é cheio de alegria. Eu gosto da vida, das pessoas. Tenho muitos amigos. Sou uma pessoa feliz e o meu trabalho é a expressão desta felicidade, que eu quero que transborde e toque as outras pessoas”. Talvez seja a formação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná que lhe faça transitar com desenvoltura no universo das emoções.

E garante: “Faço os colares, especialmente, para usá-los”. O que ninguém duvida, diante da energia colorida e afetuosa que Rita imprime ao seu ambiente de trabalho, usando-os. Energia esta que transpõe o ambiente profissional. É que Rita faz parte de um grupo de “Contadores de Histórias”, o qual se reúne semanalmente na Universidade Católica do Paraná. No jeito carac-



Rita Vaz com alguns de seus trabalhos expostos

terístico de espalhar afeto, é ela quem diz: “Para contar histórias, desfrutar dos seus encantos e viajar na literatura...”.

A servidora Rita Vaz ingressou no Tribunal em 1992. Está lotada na 1ª Vara do Trabalho de Curitiba.

A mostra “De Fios e Contas De Panos e Cores” poderá ser vista até o dia 21 de novembro de 2007. Está aberta ao público externo das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau de Curitiba (Rua Vicente Machado, 400). O projeto Prata da Casa visa a incentivar a produção artística e cultural de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná. Confira as exposições e/ou participe expondo. Outras informações: (41) 3310-7309, na Assessoria de Comunicação do TRT-PR.

## Encontro de Saúde do TRT da 9ª Região acontece em quatro cidades do Paraná

O Tribunal do Trabalho do Paraná está realizando, desde outubro, o I Encontro Regionalizado de Saúde do TRT 9, sob o tema “Estilo de vida & saúde”. O evento aconteceu nas cidades de Cascavel, Maringá e Londrina. Em Curitiba, será no dia 9 de novembro.

O encontro está sendo desenvolvido por oito servidores do Sedes-Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, dentre médicos, enfermeira, assistente social, psicóloga e fisioterapeuta, além de coordenadores.

Na ocasião são proferidas palestras por profissionais da área de humanas: Marcelo Karam (mestre em Tecnologia Educacional,

pós-graduação em administração de empresas/marketing, curso de extensão em promoção de saúde e qualidade de vida), e Ercília Antonio da Silva (psicóloga, mestre em criatividade aplicada, pós-graduada em treinamento e desenvolvimento, formação holística transpessoal), além de servidores da Secretaria de Recursos Humanos. Dentre os temas abordados: qualidade de vida, depressão, ansiedade, estresse e relacionamentos saudáveis.

Também são dadas orientações posturais e técnicas de alongamento dentro do ambiente de trabalho. Há medição de IMC, PA e DESTRO, voltada à promoção da saúde.

## Doação de livros infanto-juvenis

A campanha de doação de livros infanto-juvenis da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR arrecadou 1.523 itens entre livros, jogos para computador, cartilha anti-drogas, agendas, revistas, lápis, borracha e canetas para colorir. A mobilização do Dia das Crianças foi realizada de 24 de setembro a 5 de outubro. Participaram da campanha magistrados e servidores da 9ª Região da Justiça do Trabalho, além da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Foram beneficiadas crianças da Escola Municipal Padre Boleslau Liana (Balsa Nova) e os menores aprendizes do Instituto Salesiano (Curitiba).



## Reeducação alimentar

O programa de reeducação alimentar, do qual servidores da Justiça do Trabalho do Paraná estão participando desde dezembro de 2006, está apresentando resultados positivos. De acordo com os participantes “o grupo está disposto a nunca mais voltar a engordar, pois o programa oferece acompanhamento mensal para os chamados ‘sócios-vitalícios’. O método é eficiente, seguro e saudável de emagrecimento”. Isso, segundo o grupo, porque todos emagrecem cerca de 1,5 kg de forma lenta e gradual, comendo de tudo. Não há restrição de classe alimentar. É possível comer de alface a chocolate, desde que quantificado dentro do permitido.

## Processos findos para reciclagem

A 2ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu doou 1.050 quilogramas de papel à Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu (COAAFI), formada por vários agentes ambientais da cidade. Todo o material é resultado da eliminação mediante picotagem de 2.167 processos que já se encontravam no arquivo definitivo.